



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA
ELETRÔNICO
DE REVISTAS
SER | UFPR

www.ser.ufpr.br

O rural na formação e na evolução do Brasil contemporâneo

Rural in the Formation and Development of Contemporary Brazil

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. 151p. ISBN: 978-85-268-0957-4

Mario AVILA^{1*}

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

* E-mail de contato: unbavila@gmail.com

Resenha: Recebida em 1 de dezembro de 2015, versão final aceita em 16 de maio de 2016.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley é um nome que dispensa apresentações no campo de estudo da sociologia rural e do desenvolvimento rural no Brasil. Ocupa o espaço e o tempo e ocupa-se de espaços que o tempo esqueceu. Percorre com genialidade e simplicidade os temas mais importantes da nossa história e, humildemente, pede a benção para os grandes nomes da literatura, da política, da música e da cultura que contaram a história do nosso Brasil rural.

A sua vida e a sua obra refletem importantes pontos de reflexão desde o período militar até os dias atuais. Graduou-se em Direito, no Recife, no ano seguinte à posse de João Goulart como presidente e da eleição de Miguel Arraes para o governo do Estado de Pernambuco, em 1962. Estagiou no

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Pernambuco. Após formada, a sua primeira ocupação profissional foi a de educadora no Movimento de Educação de Base, no mesmo Estado de Pernambuco. Sob a influência da efervescência cultural e das perspectivas libertadoras da educação dos anos 1950 para os anos 1960, no Brasil e principalmente no Recife, não poderia ter sido diferente o seu olhar para a questão agrária, para o capitalismo e para a sociedade como um todo.

A sua maior contribuição, desde o “seu canto de mundo”, para o campo dos estudos rurais no Brasil, no entanto, parece ter sido construída por ela mesma, na releitura da história ou na costura dos acontecimentos que ela ajudou a escrever. Humildemente, ela não faz autocitação. Desde

1999, definiu o meio rural como objeto de estudo, um objeto interdisciplinar, mas que exige a particularidade no olhar como caminho para sua compreensão. Dez anos depois, na conferência de abertura do VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, em 2010, no mesmo Estado de Pernambuco, a autora transitou do passado ao futuro e apontou o rural como legado da história para a sociologia. Na ocasião, ela afirmou: “o mundo rural é parte da história dos países latino-americanos” e nos conclamou dizendo: “estamos diante do nosso próprio objeto de estudos: este mundo rural que se move em função das dinâmicas, de uma certa forma ‘externas’ e ‘internas’ que, longe de serem antagônicas, confluem gerando os processos sociais rurais, que nos cabe explicar” (Wanderley, 2011, p. 21).

No livro *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*, aponta uma questão rural não resolvida na formação brasileira. Transita por obras importantes de sua própria autoria, mesmo sem fazer autorreferência. Entre elas está o conteúdo da compilação *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*, de 2009; e os artigos “O camponês, um trabalhador para o capital”, de 1985, e “A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo”, de 2013, entre outras importantes contribuições.

Um alerta da autora explica que discutir os estudos rurais no Brasil não implica em construir uma série temporal de análise, uma vez que os fatos, agora vistos em perspectiva, são mais plurais do que temporais e muito mais complementares do que lineares.

O livro é uma tentativa da autora de fazer um balanço dos estudos rurais no Brasil, portanto, recorre constantemente aos muitos autores que contribuíram com esse debate ao longo dos anos. Excesso de zelo da autora para com a história.

O primeiro capítulo do livro resenhado aporta as contribuições sobre a agricultura e a acumulação de capital. Recorre a Caio Prado Jr. para explicar a natureza do capitalismo que se consolida no país depois de 1930. Os efeitos da condição colonial, do sistema de escravidão e da concentração da terra formam o que ela chama de a “forma mesma do capitalismo na agricultura brasileira” (p. 24). Esse novo paradigma se consolida com a empresa agrícola que gera excedentes para os setores urbanos, o que Florestan Fernandes (1973) chamou de dependência dentro da dependência, com a acumulação primitiva adaptada por Francisco de Oliveira (1972) e com a relação urbano-industrial com o mundo rural, explicada por José de Souza Martins (1975). Completam este capítulo as análises sobre a modernização da agricultura, que tem no Estado o indutor interessado em modificar os processos de produção tradicionais pelo aumento do uso de insumos de origem industrial. Nas palavras de José Graziano da Silva (1982), trata-se não da racionalização da agricultura, mas da submissão da agricultura à racionalidade do setor industrial. A autora recupera as análises dos complexos agroindustriais estudados por Ângela Kageyama (1996), Guilherme Delgado (1985) e George Martine, que apontam a modernização da agricultura como uma transformação parcial, desigual e fortemente sustentada por recursos públicos, mais próxima de um capitalismo cartorial do que de um capitalismo moderno (Martine, 1989, p. 53).

A noção de fronteira agrícola é, por fim, lançada por Wanderley para explicar as relações sociais de produção e como esse fenômeno, financiado pelo Estado, alcança até os anos 1980 um significado de avanço espacial do capital pela propriedade da terra. O fio condutor do livro estabelece, portanto, um nexos entre esse aspecto da acumulação de terras e o segundo capítulo, que trata da subordinação do trabalho e da resistência dos trabalhadores rurais.

A temática do novo êxodo rural que se estabelece nesse modelo de modernização aponta um elemento fundamental. Nele está embutida a expulsão definitiva do trabalhador rural da propriedade. Acompanham novamente estas mudanças ações do Estado, por exemplo, pelo estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural que garantiu legalidade à existência do “trabalhador rural” e que somente com a Constituição de 1988 alcançaria os mesmos direitos trabalhistas dos colegas urbanos (ainda que pouco respeitados). A autora desabafa: trata-se de “triste destino de uma trágica modernização” (Wanderley, 2011, p. 57).

Se por um lado a modernização foi avassaladora, por outro gestou um produtivo debate, sob a liderança da CONTAG, no confronto entre o capital e o trabalho no campo. A autora recupera, no terceiro capítulo do livro, o debate sobre a concentração fundiária e as lutas pela terra.

Nessa perspectiva, Wanderley constrói uma análise que remete à perversa aliança entre o capital e a propriedade fundiária. A questão central, para ela, está na lógica de que o mesmo movimento que aprofunda a concentração do capital se faz presente com relação à terra. Agora, sim, trata-se de uma acumulação primitiva no sentido marxista, em que se separa o produtor direto de suas condições de subsistência. Reforçam a análise de Wanderley argumentos como o de José de Souza Martins (1986) sobre a propriedade da terra, o direito que a sustenta, e o uso que dela se faz, e, em última instância, define relações de poder e dominação, constituindo mediação essencial da organização política brasileira (Martins, 1986, p. 66).

Com a redemocratização do país, a reforma agrária voltou às discussões. Surgem nesse momento a União Democrática Ruralista (UDR), defendendo a propriedade da terra, e o conceito de agronegócio, em substituição ao de latifúndio.

No entanto, fortalecem-se as lutas pela terra e os assentamentos rurais. Surge o MST, em 1984, e setores progressistas da sociedade e da academia formulam reflexões sobre o que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (1980) chamou de “guerra de extermínio” contra os lavradores pobres.

Nas “fronteiras”, os problemas eram mais agudos e ficavam longe da mídia. Eles se convertiam em verdadeiros massacres (como em Eldorado dos Carajás – PA, em 1996), que culminaram com a recriação do Ministério da Reforma Agrária. Os estudos sobre os movimentos sociais rurais e os assentamentos de reforma agrária se avolumam.

No quarto capítulo, a autora, com maestria, aponta que, mesmo com a consolidação da agricultura capitalista no Brasil, surge “uma outra agricultura” (p. 75), por força dos resultados de pequenos agricultores que mantêm a sua capacidade organizativa e produtiva. Reforçam os argumentos de Wanderley pesquisas como a de José Graziano da Silva (1978), Maria Isaura Queiroz (1973), Guilherme Delgado (2004) e Eric Sabourin (2009), entre tantos outros.

Emerge dessa leitura a síntese da autora sobre as categorias camponês e campesinato, referindo-se a um ator social que tem a sua reprodução social não apenas subordinada ao capital, mas também à sua própria capacidade de resistência e adaptação (p. 83). Nesta altura do texto, a autora recorre a Afrânio Garcia Jr. (1990) e Mauro de Almeida (1986) para explicar a forma e o funcionamento dessa categoria. Aponta mais uma designação que viria a tomar grande força política nos debates: o agricultor familiar. Esse mais novo ator social foi lapidado por autores como José Eli da Veiga (1995), Ricardo Abramovay (1995) e Carlos Guanzirolli *et al.* (2001) e culminou no reconhecimento oficial ao ingressar como categoria analítica do Censo Agropecuário de 1996 e ao ser inserido na política

de crédito por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A contribuição da agricultura familiar ao que ela chama de uma nova agricultura é também alvo de análise. Para tanto, recorre aos trabalhos de Delma Pessanha Neves (2002) para reforçar que a agricultura familiar e as demais categorias expressam uma disputa política e ideológica, sobretudo entre os distintos movimentos sociais. Wanderley não se furta de apontar, no entanto, os movimentos mais recentes que procuram incluir os agricultores familiares na categoria genérica do “agronegócio”, pela similaridade de negócios produtivos que realizam, sem considerar as dimensões políticas e identitárias que os diferenciam. Ela encerra o quarto capítulo mobilizando três conceitos que se tornaram pautas importantes para os estudos rurais do Brasil: a agroecologia e o seu vasto campo de investigação social; a noção de pluriatividade; e a questão da multifuncionalidade da agricultura. De qualquer um dos pontos de vista, salienta a autora, parece evidente que a maior ou menor integração aos mercados constitui uma das situações contemporâneas da agricultura familiar.

O último capítulo é dedicado ao mundo rural do Brasil moderno. Novamente a autora nos brinda com a sua capacidade de síntese e com articulações teóricas sobre três planos que se entrecruzam. Aponta efeitos dos processos antes estudados sobre o meio ambiente, sobre a sociedade e sobre a economia. Para ela, “como resposta a essas crises, de questionamentos e de afirmações, os estudos rurais voltaram-se para a valorização da dimensão espacial e as relações campo-cidade, alimentando uma profunda reflexão a respeito do desenvolvimento rural sustentável como projeto de sociedade” (p. 106).

Para consolidar a análise, ela aponta a necessidade de se resguardar no debate a afirmação de que os espaços, tanto quanto as relações sociais de que são suporte, não são homogêneos e que essa

diversidade supõe uma profunda interdependência entre o campo e a cidade. Por fim, a autora aponta para o tema da pobreza rural e das políticas sociais conexas. Para ela, não há dúvida de que grande parte dessa pobreza resulta do modelo de desenvolvimento rural que prevaleceu na sociedade brasileira e dos efeitos da modernização da agricultura. Recupera em José Graziano da Silva (1995) a questão do que fazer com os excluídos, os descamisados ou pobres do campo. Essa pobreza não se refere apenas à restrição da renda, mas envolve privação de ordem material, cultural, social, política, de forma absoluta ou relativa. Somente nos últimos anos, as políticas sociais de combate à pobreza alcançaram a população rural mais pobre, segundo a autora. Ressalta ainda a importância da previdência rural nesse papel e na geração de externalidades positivas sobre a atividade produtiva familiar rural.

O corolário da discussão se volta para o enfoque de uma política voltada para o desenvolvimento rural sustentável e territorial. A autora é incansável e ainda recupera “inovações sociais e institucionais” de John Wilkinson (2008, p. 126), como a proposta de reconversão estrutural – fenômeno que exige dos agricultores familiares condições para a adoção de inovações sociais e institucionais em larga escala. Do ponto de vista analítico, trata-se de um olhar atento para as redes sociais e os mercados e, em Eric Sabourin (2009), reconhece a reciprocidade (sem negar a existência e a importância da troca) como formas de reprodução para os “agricultores camponeses”.

Em poucas palavras, o livro é excelente e é leitura obrigatória para aqueles que procuram compreender conceitos, noções e as dinâmicas que engendram os estudos rurais no Brasil. É uma obra que exalta a contribuição do mundo rural para a compreensão do Brasil. A humildade da autora contrasta com a profundidade das análises e com a sua genialidade na organização das ideias.

Referências

- Abramovay, R. *et al.* Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola no Estado de São Paulo. *Reforma Agrária*, 25(2-3), 142-166, 1995.
- Almeida, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(1), 66-83, 1986.
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *A igreja e os problemas da terra*. Itaiçi, 1980.
- Delgado, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.
- Delgado, G. C. *O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea*. Texto para discussão. IPEA, 2004.
- Fernandes, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: Szmrecsányi, T.; Queda, O. (Orgs.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 131-150.
- Garcia Jr., A. R. *O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- Guanzirolli, C.; Romeiro, A.; Buainain, A. M.; Di Sabbato, A.; Bittecourt, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- Kageyama, A. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. C. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília, DF: IPEA, 1996.
- Martine, G. *Fases e faces da modernização agrícola brasileira*. Brasília, DF: IPEA, IPLAN, 1989.
- Martins, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- Martins, J. de S. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- Neves, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. *Ensaios: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. p. 133-159.
- Oliveira, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2, 3-82, 1972.
- Queiroz, M. I. P. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo, Edusp; Petrópolis, Vozes, 1973. (Coleção Estudos Brasileiros, 3)
- Sabourin, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Silva, J. G. da. (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- Silva, J. G. da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1982.
- Silva, J. G. da. *Urbanização e pobreza no campo. Agropecuária e agroindústria no Brasil. Situação atual e perspectivas*. Edição ABRA, 1995.
- Veiga, J. E. da. Delimitando a agricultura familiar. *Reforma Agrária*, 25(2), 128-141, 1995.
- Wanderley, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 2(1), 13-78, 1985.
- Wanderley, M. de N. B. Reencontro com o Nordeste: itinerários de pesquisa e construção do campo intelectual dos estudos rurais. *Estudos de Sociologia*, 5(1), 1999.
- Wanderley, M. de N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.
- Wanderley, M. de N. B. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *ALASRU Nueva Época*, 5, 2011.
- Wanderley, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013.
- Wilkinson, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.